

DECRETO Nº 6.715, DE 16 DE MAIO DE 2025.

"Regulamenta, no âmbito do Município de Pereira Barreto, a Lei Federal nº 14.965, de 9 de setembro de 2024, especificamente quanto à Comissão Organizadora dos Concursos Públicos, e dá outras providências."

DR. HERMÍNIO BARBOSA KOMATSU, Prefeito

Municipal da Estância Turística de Pereira Barreto, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e em observância à Lei Federal nº 14.965/2024.

<u>DECRETA</u>

CAPÍTULO I - Da Comissão Organizadora de Concurso Público (COCP)

Seção I – Da instituição e vinculação

- **Art. 1º** Este Decreto dispõe sobre a criação, a composição, as competências e o funcionamento da Comissão Organizadora de Concurso Público COCP, responsável pelo planejamento, coordenação e acompanhamento dos concursos destinados ao provimento de cargos ou empregos públicos da Administração Municipal direta.
- **Art. 2º** A COCP será instituída por certame, como órgão colegiado temporário, vinculada à Secretaria Municipal de Administração.

Seção II – Da composição

- **Art. 3º** A COCP será composta por número ímpar de, no mínimo, 5 (cinco) membros efetivos, sendo:
- I no mínimo 4 (quatro) servidores ocupantes de cargo ou emprego público efetivo, dos quais um será designado Presidente;
- II 1 (um) membro externo, sem vínculo com a Administração Pública Municipal, indicado por instituição representativa da sociedade civil com atuação na defesa da ordem jurídica, da cidadania e do interesse público, a exemplo da Ordem dos Advogados do Brasil OAB.





- § 1°. Sempre que possível, integrará a Comissão ao menos 1 (um) servidor da área de recursos humanos, e os demais membros da administração deverão exercer atividades de complexidade igual ou superior às atribuições dos cargos ou empregos públicos em concurso.
- § 2°. É vedada a participação na COCP de pessoa que mantenha vínculo com entidades dedicadas à preparação de candidatos ou à execução de concursos; será substituído o membro cujo cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau se inscreva no certame.
- § 3°. As reuniões serão registradas em atas, arquivadas e disponibilizadas ao público, ressalvadas informações sigilosas que só poderão ser divulgadas após a homologação do resultado.
- § 4°. O membro externo participará com direito a voz e voto em todas as deliberações da COCP, observadas as vedações deste Decreto.
- **Art. 4º** Os membros e suplentes da COCP serão designados por Portaria do Prefeito, com mandato restrito à duração do certame, permitida recondução. O membro externo será nomeado após indicação formal da instituição respectiva.

Seção III – Das competências

Art. 5° Compete à COCP:

- I planejar todas as etapas do concurso;
- II identificar conhecimentos, habilidades e, quando couber, competências necessárias aos cargos ou empregos;
 - III decidir sobre tipos de prova e critérios de avaliação;
- IV definir conteúdo programático, atividades práticas, habilidades e competências a avaliar;
- V deliberar sobre utilização de prova de títulos, quando não prevista em lei específica;
 - VI publicar o edital de abertura e demais comunicados;
 - VII executar todas as fases ou etapas do certame;
 - VIII designar avaliadores das provas, observadas formação e vedações legais;
 - IX designar supervisores do programa de formação, nos termos do inciso VIII.





Seção IV – Da delegação de execução

- **Art. 6º** Mediante decisão fundamentada, a COCP poderá delegar a execução total ou parcial do concurso a instituição especializada, observadas as seguintes condições:
- I a instituição consultará formalmente a COCP sempre que houver dúvida quanto à execução;
 - II a instituição será responsável por assegurar o sigilo das provas.

Parágrafo único. Ainda que delegada a execução, a COCP manterá as competências previstas nos incisos I a V do art. 5º e acompanhará a execução das atividades.

Seção V – Do suporte administrativo e financeiro

Art. 7º Caberá à Secretaria Municipal de Administração prover o apoio administrativo, logístico e financeiro indispensável ao funcionamento da COCP, inclusive servidor(a) para secretariar os trabalhos.

Seção VI – Disposições finais

- **Art. 8º** Os integrantes da COCP responderão solidariamente por atos ou omissões que resultem em irregularidades no certame.
- **Art. 9º** Os casos omissos serão resolvidos pela COCP, *ad referendum* do Prefeito Municipal.
 - Art. 10 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
 - **Art. 11** Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal "Francisco Vidal Martins", 16 de maio de 2025.

DR. HERMÍNIO BARBOSA KOMATSU Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria na data supra.

